

CONTRATO Nº 3956/91
ECT/CÂMARA LEGISLATIVA/DF
UP: AC/CÂMARA LEGISLATIVA

IMPRESSO

DF
LETRAS

A REVISTA CULTURAL DE BRASÍLIA

ANO III Nº 31/34
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

De Gutenberg a Bill Gates, caminhos e descaminhos da literatura

■ A epopéia de
um candango

■ A história
das HQs

EROS & NARCISO

NO SERTÃO SETECENTISTA

"Ouvia-se, então, o grito lancinante - Ai, Jesus! - e a balbúrdia formada no átrio.

Dali escapava sorrateiramente o artista português, minucioso engenheiro, náutico que, por entre o complexo aranzel das saias de madame, conseguira pespegar-lhe nas nádegas ou na coxa o roxo hematoma do amor à portuguesa."

□ Paulo Bertran

A cultura portuguesa e a brasileira tiveram muito no passado de um certo toque lúbrico, de um erotismo meio estranho. Na Idade Média, metidos entre mouros, espanhóis e cruzados de toda Europa, "filhavam-se" os portugueses às mulheres uns dos outros, conforme a sorte das batalhas e escaramuças. Para depois "roussar-lhas", tudo isso conforme vetustas genealogias medievais.

Ao Rei Sancho II, um súdito roubou-lhe a rainha D. Mécia no próprio quarto real e não a devolveu.

Pedro, o Cruel, amadíssimo do povo português, e seu filho, envolveram-se com as beldades Inês de Castro e Leonor Telles, com es-



cândalos que ecoaram por séculos.

Metendo-se os lusíadas nas conquistas simultâneas do Brasil, das duas costas da África e da Índia, grande orgasmo mortal das caravelas vomitadas de pólvora e chumbo, o português colonial tornou-se um habitado da femealida de exótica.

Seu império quixotesco sob o ponto de vista de recursos humanos e materiais manteve-se por inverosímeis anos nas quatro partes insustentáveis do mundo a que chegaram, graças a uma incriteriosa política sexual, extra-étnica, ultra-étnica, critério nenhum, à diferença dos espanhóis que foram desposar as nobrezas indígenas nas terras em que aportaram. Li algures sobre uma carta régia do século XVI, incentivando os colonizadores portugueses à miscigenação e proliferação nos trópicos, mas não tive acesso ao documento.

Coisa de marinheiro, de ralé do porto, o português, ao tempo em que foi espanhol (1580 - 1640), celebrizou-se em toda Europa pelos enormes bigodes, pela guitarra à mão e ainda pela desusada, anacrônica e inverossímil espada medieval que arrastava atrás de si, às vezes maior do que o dono, quando outros europeus - que pouco sabiam das cruezas dos novos mundos - portavam leves sabres e decorativos espadins.

No século XVII tornou-se famoso nas cortes europeias o "beliscão português". Segundo Júlio Dantas, dava-se da seguinte forma, o tal beliscão.

Chegava, suponhamos, um fidalgo português a qualquer uma das 200 missas que se rezavam diariamente em Madri ou Lisboa. No burburinho do átrio da igreja aspergiam as mulheres à pia benta, vestidas com aquelas saí-

as armadas de balão, sustentadas por algumas centenas de metros de fios de arame e outros tantos de entretelas, sem falar nos travamentos de caniços, elásticos e outros.

Ouvia-se, então, o grito lancinante - Ai, Jesus! - e a balbúrdia formada no átrio. Dali escapava sorrateiramente o artista português, minucioso engenheiro, náutico que, por entre o complexo aranzel das saias de madame, conseguira pespegar-lhe nas nádegas ou na coxa o roxo hematoma do amor à portuguesa. O beliscão português. Se atingia a anca da senhora chamava-se "beliscão do sétimo céu".

Depois, no século XVIII, queixa-se Júlio Dantas, com a corte de D. João V, o "beliscão" foi aposentado e o "francesismo" instalou-se nos costumes amorosos do reino. O português ele-

gante do século XVIII chamou-se primeiro "o faceiro", depois "o bandalho", depois "o peralta", por fim, "o casquilho" e, genericamente, "o França".

Empoava-se todo com o mesmo pó-de-arroz que ainda hoje vende-se. O cabelo longo prendia-se do lado das têmporas com um ou dois chinós - a mesma chuca que ainda se usa fazer em crianças pequenas, só que esta é no topo da cabeça.

Vestia botas altas com saltos que ainda se fazem hoje em raros sapateiros e usavam-se nos rodeios de Goiânia. E ia para as ruas namorar.

O namoro preferido (mas não a única forma de namorar) era pelas igrejas e conventos. Se, nos conventos, visando a "prima" monja e nesse caso o namorado era um "freirático", categoria que, a crer-se em Júlio Dantas, empregava meio Portugal ao culto, único no mundo, das vênus enclausuradas.

Um imperceptível código morse percorria as naves das igrejas. As mulheres falavam aos homens com trejeitos de leque que fariam inveja aos sinaleiros de um porto congestionado. Os homens repicavam com modas de "lencinhos" que, conforme as dobras, as cores e os gestos de quem manjava, desenhavam um vasto discurso amoroso.

As Cartas Chilenas criticam acrimosamente as modas de lencinho que Luís da Cunha exercitava em Vila Rica, o que por si revela resistência a esse modismo.

Em Portugal também reagia-se ao francesismo, tanto que os nomes de bandalho, casquilho e outros têm inegável sabor de deboche contra o cortesão exótico.

O namoro nas vias públicas, por exemplo, dava-se em duas modalida-



Ismael Nery,
desenhos a
nanquim (1930)

des principais. Namoro "de estaca" e namoro "de estafermo". Na "estaca", o namorado postava-se, firmado num pé, contra o muro fronteiro à janela da amada, e aí, por meio dos lenços, conversava com o vulto atrás das cortinas e reposteiros. Já no "estafermo", plantava-se o galante ao meio da rua como um poste colorido e empoado e dali conversava com a namorada - sempre os lencinhos - dando cabo de uma tarde inteira ao culto dos amores vãos. O estafermo passou, é claro, a sinônimo de palerma.

Já para os fins do século das luzes, Oliveira Martins vê em Portugal um cenário que combina Fez, capital do Marrocos, com Paris de França. O francesismo português celebrava-se num teatro muçulmano, onde os pesados panos, charões, mantilhas e véus nunca cederam vez, na estética lusitana, aos etéreos cenários de Gainsborough.

E enquanto ao andar superior da Lusitânia, a rainha louca, D. Maria, rezava e gritava, no térreo outro Portugal fornicava.

No Brasil da época, sobretudo nas Minas, houve certamente quem praticasse o amor galante e cortês, mas a exuberância sexual das senzalas não devia colaborar na melhora daquilo que na própria metrópole passava por ridicularia, "francesismos".

Aqui nas minas brasileiras parece-me que o francesismo galante não passou de intenção de um que outro governante ou trapalhão esnobe, enquanto o que vigia era a sexualidade direta, sem maiores pejos.

Significativa é a forma encontrada pela câmara paulista de Santana do Parnaíba para elogiar ao rei a conduta do governador Rodrigo César de Meneses. Nada melhor ocorre aos camaristas do que louvá-lo "bom cristão e muito mais inclinado a estado sacerdotal e ao sexo feminino da viúva honesta a quem respeitava as casas". Imagine-se não fora o seu apego ao "estado sacerdotal e às viúvas". E era apenas 1730, com o século verde!

Além do trópico propício e da abundância carnal, as autoridades reinóis providas para o Brasil não traziam, com raras exceções, as mulheres e as famílias.

O conde de São Miguel, governador de Goiás em 1755, casadíssimo e carinhoso pela "condeça", a que sempre se referia em suas cartas de péssima lavratura "moura" e para quem levou raras jóias ao partir de Goiás em 1759 - até mesmo o S. Miguel - saía às turras com o ouvidor da comarca "por ciúmes de alguma moça", talvez a filha do clã dos Aguirre que "suposto que com a solteira tivesse o conde de S. Miguel algum assunto direto, é esta qualidade de culpa para o confessorário, quanto não há com público es-

cândalo e prejuízo do Real Serviço ou de terceiros"...

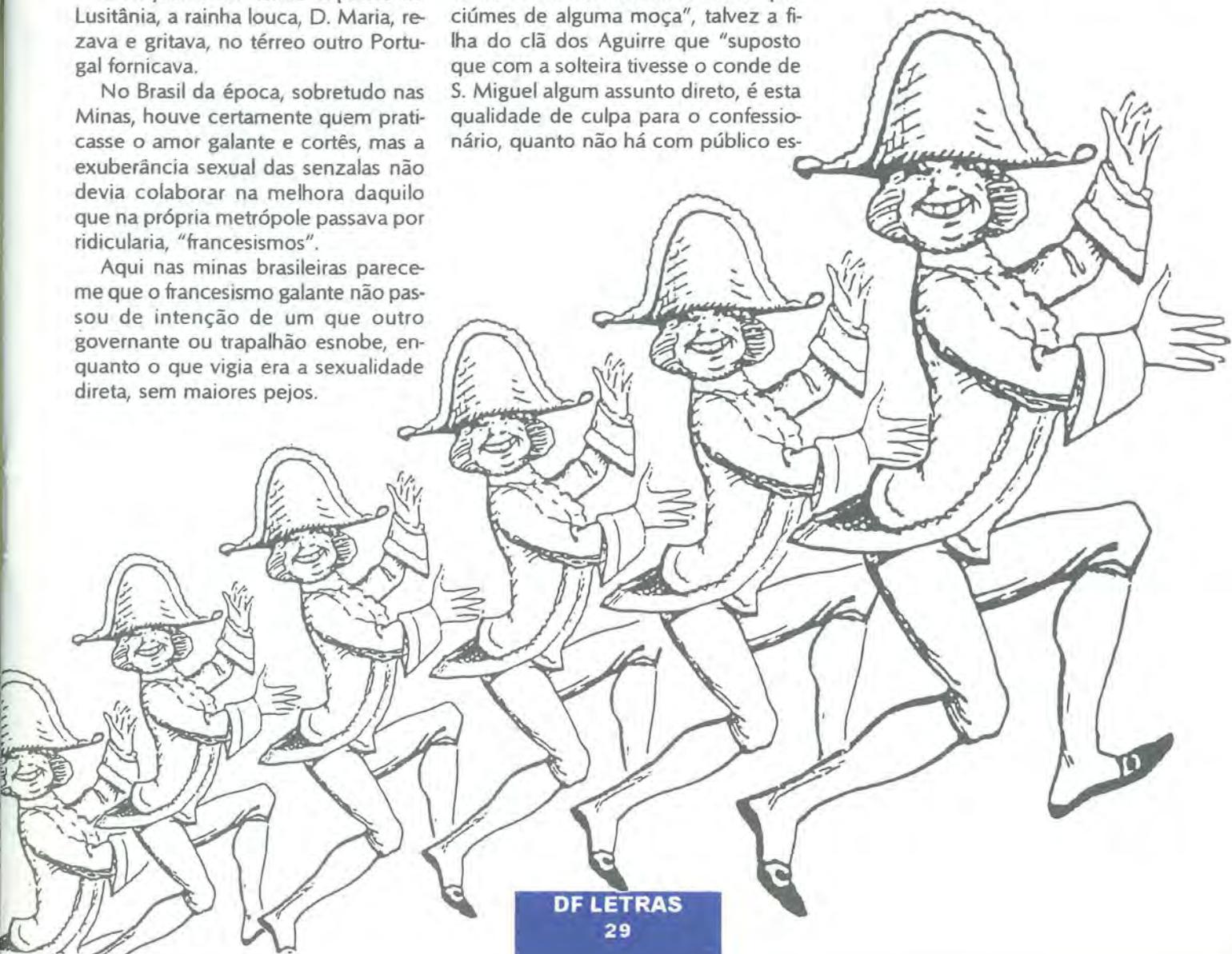
Até o céu e o desembargador Brandão eximiu o pecadilho do conde. Desde que não via prejuízo do Real Serviço...

Diz Saint Hilaire da polvorosa que nos lares da Vila Boa fazia a chegada de um Capitão-general, até que escolhida a sua amante a paz voltasse aos outros homens e mulheres.

Bernardo Élis, no delicioso "Chegou o governador", mostra com detalhes o que era o processo de sedução desde o mais alto figurão da Capitania até as mais sonhadoras e humildes donzelas.

Élis, porém, reporta-se a um tempo mais clemente e a personagens lustrosos, como no amor do conde de São João da Palma e a goianinha Angela Ludovico.

Nos tempos mais bicudos da Viradeira, nos três quartos para o fim do século XVIII, com os governadores



Cunha Meneses, a desordem foi maior.

O Capitão-mor Antônio Telles acusava o governador Tristão da Cunha de "ter tão publicamente e na própria casa de residência (i. é, em palácio), as suas próprias concubinas e filhos e fazê-lo com o maior escândalo e sem a mínima cautela".

Impressiona o plural "concubinas". Mais sugere Fez que Paris, diria Oliveira Martins. Afinal será que a Tristão referia-se o Capitão-mor em alguns dos outros casos que cita? "Uns coabitando com mulheres irmãs sem o menor escrúpulo, outro com as mães e depois com as filhas delas, outros com filhas de suas mesmas concubinas..."

O auge porém das dissipações que "fariam horror aos bacanais da antiguidade"... vai contido numa carta de 1782, do vigário de Vila Boa, Pe. João Antunes de Noronha, da nobreza vilarenga, contra o governador Luís da Cunha Meneses, o famigerado Fanfarrão Minésio: ... "um governador sem religião, escandaloso público pelas deflores e concubinatos". Luís da Cunha levava para a tribuna de honra da matriz de Vila Boa "as mulheres que se vestem em corpo" (isto é, sem as pesadas mantilhas e véus de que escarneciam Cunha Mattos e Saint Hilaire), e tendo-as lá como um sultão marroquino, fazia bloquear as escadas "com uma sentinela para não subir homem algum".

Se a festividade na igreja fosse de longa duração, ia Luís da Cunha "de tribuna em tribuna, fazendo delas camarotes de casa de ópera e do sagrado templo uma assembléia lasciva, por serem assistentes as próprias defloradas e concubinas, e parentes e famílias agregadas"...

Era o freirático lisboeta que, no trópico mudava-se para o serralho. Em Minas Gerais, a julgar-se pelas Cartas Chilenas, Luís da Cunha fazia o mesmo ou pior, com festins de batucada em palácio.

Em alguns desses casos devia enquadrar-se o governador Tristão da Cunha, irmão e sucessor de Luís em Goiás, pois em outra parte o Capitão-mor Telles lembra ir ele passando por um "incestuoso concubinato". Referindo-se a diversas outras pessoas gradas da Capitania não esquece "outros que,



sendo casados, trocam as mulheres, com graves escândalos e injúria dos sacramentos" e ainda de "outros que, já velhos cansados, fazem ainda timbre de ter mulher por sua conta, com o maior escândalo".

Não perdia Luís, porém, os ditames da moda versalhesca. Em Vila Rica, inventou um passeio galante, plantado com ramos de laranjeira (cujas folhas costumam a cair), entremeados de lagunhos de água enlameada, como tudo vai descrito nas Cartas Chilenas. Em Vila Boa, plantou um "passeio público" no largo do chafariz, que em sua origem podia ter jardins imortalizados por Le Notre nos parques de Versailles.

Era o espírito do século XVIII que findava. Para o Pe. Noronha, vigário de Vila Boa, porém, tanto ou mais sé-

rio do que as exposições amorosas do governador, era o seu público relaxamento durante os atos litúrgicos, ... "sem aceitar com reverência a aspersão de água benta que oferece o pároco que o vem esperar à porta... Ajoelhando com um só joelho... e finalmente, cúmulo dos maus modos dos novos modos,... assentando-se de espaldar com a repousada francesia de uma perna sobre a outra"...

Nunca mais, de fato, os tempos voltariam a empertigar-se como ao tempo da velha aristocracia medieval, se é que nele houve melhores costumes, o que é dubitável.

E agora, em fins do século XVIII, vigia a "repousada francesia" em pleno sertão de Goiás, para agravo de todos nós, que sem atentarmos para o corrosivo poder das modas e dos costumes, vulgares materialistas, jamais entendemos a *première* da casa de Ópera de Vila Boa, lá pelas alturas de 1780.

Este artigo integra o livro "Notícia Geral da Capitania de Goiás", de Paulo Bertran, a ser lançado proximoamente.

Luiz Estevão anuncia mudanças na DF Letras

A revista DF Letras, editada pela vice-presidência da Câmara Legislativa, retomará o seu objetivo original: a divulgação da produção literária de Brasília. Esta foi a notícia que o vice-presidente da Câmara, deputado Luiz Estevão (PMDB), deu à classe literária na reabertura do Fórum Brasília, realizado no último dia dois na sede do Instituto Histórico e Geográfico do DF.

Luiz Estevão foi o convidado especial da cerimônia, que teve a coordenação do escritor Newton Rossi, chefe de gabinete da vice-presidência da Câmara, e contou com a presença de cerca de 100 intelectuais. Num discurso tocante, em que recordou a sua paixão desde os tempos de infância pelos livros - "li mais de vinte vezes a obra de Monteiro Lobato" -, o deputado foi aplaudido com entusiasmo ao anunciar as mudanças editoriais na DF Letras: "A revista voltará à sua concepção

primordial, destinando-se à publicação da nossa produção literária", resumiu.

Segundo informou Luiz Estevão, a DF Letras passará a ser mensal e terá um maior número de páginas, abrindo espaços para a publicação de contos, poemas e crônicas de escritores de Brasília, bem como de boletins informativos de editoras, bibliotecas, sindicatos e associações de escritores. Cada edição terá uma grande entrevista com um escritor da cidade (acompanhada

de um retrospecto de sua obra). Serão publicadas, também com grande destaque, resenhas de livros de autores locais.

Outra importante novidade: a partir de agora, a revista só abrirá espaço para os deputados distritais que tiverem projetos e iniciativas concretas para a área de cultura. "Desta forma, estaremos incentivando todos os 24

deputados a trabalharem pela cultura", disse Estevão, autor da lei que reduziu de 5% para 1% a alíquota do ISS sobre a produção de espetáculos artísticos e culturais.

Entre as personalidades presentes à reabertura do Fórum Brasília estavam os senadores Áureo Mello e Pedro Teixeira, o ministro Guido Mondim, João Carlos Taveira (vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico), Victor Alegria

(presidente da Câmara do Livro do Brasil Central), Neusa França (presidente da Academia de Letras e Música do Brasil), o poeta Cassiano Nunes, Mauro Castro (presidente da Academia de Letras do DF), o escritor Santiago Naud e a jornalista Nazareth Tunholi. Luiz Estevão estava acompanhado pelo jornalista Cláudio Humberto Rosa e Silva, diretor da gráfica da Câmara Legislativa e responsável pela edição da revista DF Letras.



Estevão propôs aos escritores viabilizar o uso da gráfica da Câmara Legislativa para editar algumas publicações de autores de Brasília



"A partir de agora, a revista só abrirá espaço para os deputados distritais que tiverem projetos e iniciativas concretas para a área da cultura. A DF Letras voltará à sua concepção primordial, destinando-se à publicação da nossa produção literária."